



PARECER PRÉVIO Nº 5/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1473/2008.

Apensos: Processo nº 5076/2007, 159/2008, 4311/2008 e 716/2008.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Envira

4- Exercício: 2007

5- Responsável: Ivon Rates da Silva (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Fábio Nunes Bandeira de Mello – OAB/AM 4.661, Bruno Vieira da Rocha Barbirato OAB/AM 6.975, Amanda Gouveia Moura - OAB/AM 7.222 e Thara Natache Calegari Carioca – OAB/AM 8.456.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6343/2018-DMP, Dr. João Barros de Souza, Procurador-Geral de Contas.

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual Exercício de 2007.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **POR MAIORIA**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas das Contas do Sr. Ivon Rates da Silva, responsável pela Prefeitura Municipal de Envira, referente ao exercício de 2007, nos termos do art. 31, §§1º e 2º, da CF/88 c/c art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91, art. 1º, I e artigo 29, III da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 5º, I, e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, II, da Resolução nº 04/02 (Regimento Interno TCE-AM).



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 5/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva que votou pela Desaprovação das Contas e o Conselheiro Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes, que o Acompanhou.

- 11- **Ata:** 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 19 de Fevereiro de 2019
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado), Alípio Reis Firmo Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 5/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 1473/2008.

Apensos: Processo nº 5076/2007, 159/2008, 4311/2008 e 716/2008.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Envira.

4- Exercício: 2007

5- Responsável: Ivon Rates da Silva (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Fábio Nunes Bandeira de Mello – OAB/AM 4.661, Bruno Vieira da Rocha Barbirato OAB/AM 6.975, Amanda Gouveia Moura - OAB/AM 7.222 e Thara Natache Calegari Carioca – OAB/AM 8.456.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6343/2018-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual Prefeitura Municipal de Envira. Exercício de 2007.

Regular com ressalvas. Recomendação. Dar Quitação

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **POR MAIORIA**, nos termos do voto Excelentíssimo Senhor, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Ivon Rates da Silva**, responsável pela Prefeitura Municipal de Envira, referente ao exercício de 2007, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, e art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/02-TCE/AM);

10.2. Recomendar ao Prefeitura Municipal de Envira que sejam observados e cumpridos os prazos legais e regimentais, em especial à Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de evitar a reincidência, o que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras, nos termos do art. 22, §1º, da Lei Orgânica do TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº 5/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

10.3. Dar quitação ao Sr. Ivon Rates da Silva, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.4. Arquivar o presente processo, após o cumprimento das determinações acima.

Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva que votou pela Irregularidade das Contas e Aplicação de Multa, e o Conselheiro Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes, que o Acompanhou

11- Ata: 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 19 de Fevereiro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado), Alípio Reis Firmo Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral